

# Uma discussão sobre a produção e uso dos dados sobre o mercado de trabalho

Afonso Rodrigues Árias\*  
Sônia Helena Taveira de Camargo Cordeiro\*\*

*Tornam-se mais urgentes as ações de racionalização e integração dos sistemas produtivos e da democratização do processo decisório em relação ao QUE produzir e ao PARA QUE e PARA QUEM dessas produções.*

## Panorama global

O sistema produtivo de informação sobre o mercado de trabalho experimentou importantes avanços na década passada. Além de dar continuidade às produções periódicas já existentes, conseguir aperfeiçoar os conteúdos por elas levantados e ampliar o leque de "outputs" oferecidos, como aconteceu com o Censo Demográfico, os Censos Econômicos e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), dois outros episódios contribuíram para enriquecer a disponibilidade de dados ocupacionais e salariais: primeiro, o surgimento e a rápida

consolidação dos levantamentos de base domiciliar de periodicidade mensal nas áreas urbanas mais importantes. Através deles possibilitou-se o acompanhamento conjuntural do impacto das decisões políticas e econômicas sobre o mercado de trabalho, no contexto mais abrangente de domínios (ocupados, desocupados, empregados com carteira de trabalho, desalentados etc.) e variáveis (sexo, idade, educação, rendimento etc.) de interesse.

Nesse conjunto, destacam-se a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) que, sob a responsabilidade técnica do IBGE, a partir de 1980, cobriu as 6 principais Regiões Me-

\* Técnico da Coordenadoria de Estatística e Informação da Secretaria Nacional do Trabalho - Ministério do Trabalho e da Previdência Social.

\*\* Técnica da Coordenadoria de Estatística e Informação da Secretaria Nacional do Trabalho - Ministério do Trabalho e da Previdência Social.

tropolitanas, e a Pesquisa de Emprego e Desemprego, com participação conjunta do DIEESE/SEADE que, embora referida exclusivamente à Grande São Paulo, trouxe uma abordagem inovadora que ampliou o quadro tradicional de indicadores usualmente aceitos nesse tipo de levantamentos; segundo, também privilegiando a demanda por dados de periodicidade anual ou inferior, para viabilizar a concessão/controlar o pagamento de benefícios sociais ou o cumprimento da legislação trabalhista, o aperfeiçoamento dos agregados estatísticos obtidos a partir dos registros administrativo-fiscalizadores. Entre eles, destacam-se os derivados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), que hoje abrange um total próximo a 23 milhões de empregos do setor organizado da economia e seu complemento mensal, o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Lei 4923/65), onde se registra um total de fluxos de admissão/desligamento da ordem de 1,5 a 2,0 milhões de trabalhadores ao mês, correspondentes a mais de 300 mil estabelecimentos legalmente constituídos. Embora limitados à parte organizada da economia e ainda sujeitos a limitações metodológicas, principalmente decorrentes das omissões e erros de respostas, esses quase-censos de periodicidade anual e mensal ganharam espaço e reconhecimento do usuário, principalmente, pela capacidade de prover dados para domínios geográfico-setoriais menores e pela rapidez e amplitude da resposta conseguida através do desenvolvimento de "softwares" aplicativos de acesso a essas bases de dados, em forma direta, pelo próprio usuário.

Essas importantes contribuições ao Sistema de Informações sobre o Mercado de Trabalho, em que pese a adição de alguns milhões de dólares à fatura anual deste Sistema, ficaram ainda muito aquém de cobrir os vazios de informação e de responder aos questionamentos levantados pelos usuários ao longo da década, como ficou evidenciado por ocasião da Conferência de

Estatísticas (CONFEST), realizada em fins de 1989. Não acreditamos, nem cremos conveniente que novos recursos venham a ampliar significativamente a oferta periódica de dados, sem se passar antes por uma ampla revisão das atuais produções, das formas de acesso a esses dados e da busca de mecanismos que aproximem o trabalho do produtor ao dos usuários, ao menos daqueles mais destacados. Pelo contrário, tudo leva a crer que, ao menos na área pública, os recursos destinados à produção serão cada vez mais controlados e que nessas condições tornam-se mais urgentes as ações de racionalização e integração dos sistemas produtivos e da democratização do processo decisório em relação ao QUE produzir e ao PARA QUE e PARA QUEM dessas produções.

### **O sistema produtivo de informações sobre o mercado de trabalho**

Em economias como a brasileira, onde é bastante significativo o trabalho desprotegido, sem vínculo contratual entre empregadores e trabalhadores, as fontes de dados de base domiciliar (Censo Demográfico e pesquisas por amostragem), referidas às unidades domicílios, famílias e pessoas, adquirem um lugar de destaque no Sistema de Informações sobre o Mercado de Trabalho. Além de deterem a exclusividade pela quantificação e caracterização dos domínios-problema (desemprego aberto, desalentados, subemprego) inseridos em contextos demográficos e sócio-econômicos mais amplos, são as únicas capazes de oferecer quantificação a respeito da ocupação e proventos dos segmentos informais urbanos e, na ausência de inquéritos agrícolas regulares e confiáveis, representam uma base obrigatória de consulta para se conhecer a situação e evolução da ocupação no campo. Entretanto, essas fontes, por força, principalmente das opções metodológicas e operacionais e pelos conceitos e definições

que adotam, são objeto de contestação usuária em virtude da incapacidade das fórmulas empregadas para levantar, com um único conjunto de quesitos e seqüências, dados relativos a seguimentos muito disparres da força de trabalho, bem como pelos próprios resultados, com freqüência discrepantes em relação aos oferecidos por outras fontes, e às vezes, pouco correlacionados com a situação econômica vigente.

De contornos mais claros e objetivos quanto às unidades a serem pesquisadas, aos períodos de referência e aos registros (memória) que deverão ser consultados pelo respondente, os levantamentos em estabelecimentos, sejam de natureza estatística ou administrativo-fiscalizadora, completam o quadro quantitativo de dados sobre o mercado de trabalho, trazendo uma visão mais próxima dos empregos vigentes e das movimentações da mão-de-obra necessárias ao processo de produção de bens e serviços. Entretanto, além de limitados às ocupações e proventos formais, há restrições quanto à atualização dos cadastros de base desses levantamentos e à cobertura que eles atingem, com o que a comparabilidade temporal dos dados pode se ver prejudicada. Daí que, com freqüência, recorre-se a painéis de unidades respondentes que, por via de regra, minoram as oscilações do mercado de trabalho, por omitirem a movimentação de entrada/saída de unidades, ou distorcem a evolução ocupacional e salarial por referirem-se a apenas um segmento (ex. grandes estabelecimentos) não representativo da população em estudo.

No intuito de resumir, muito mais que fazer uma leitura exaustiva de cada uma das fontes (censos, pesquisas, registros) que compõem o Sistema, a seção seguinte seleciona alguns indicadores das principais fontes de dados para avaliar a evolução do mercado de trabalho na década passada e, conjuntamente, tentar fazer um balanço produtivo das coincidências, discrepâncias e problemas dessas fontes que, na nossa opinião, exigem revisões mais urgentes, se se

quer avançar para uma maior convergência e integração entre produtores e usuários do Sistema.

Nas duas seções subseqüentes tecem-se comentários em relação à imperiosa necessidade de trazer a componente de uso para dentro do Sistema como forma de garantir a racionalidade e a eficiência deste como um todo.

### **A evolução do mercado de trabalho nos anos 80: uma síntese**

Num contexto global onde predominam pressões demográficas mais brandas e desempenhos econômicos anuais muito desiguais, no conjunto mais desfavoráveis que na década de 70, o mercado de trabalho brasileiro sofreu importantes transformações quantitativas e qualificativas na década passada, principalmente no âmbito urbano. De um lado, parece claro que, em termos relativos, ampliaram-se as oportunidades ocupacionais, facilitando principalmente a incorporação da mulher ao mercado de trabalho, embora haja dúvidas quanto à contribuição quantitativa dos segmentos organizados e informais a esse processo de criação de novas ocupações. No plano qualitativo, no entanto, é onde parece ter acontecido as mudanças ocupacionais mais importantes, através de uma generalizada melhoria do perfil educativo da mão-de-obra e de uma clara preferência pelos mais qualificados por parte dos setores econômicos mais estruturados. Porém, do lado dos proventos, observaram-se sinais de uma falta de correspondência entre os aumentos de produtividade que essa melhora qualitativa faz supor e a evolução real dos salários e dos outros rendimentos do fator trabalho. A perda de poder aquisitivo dos salários na década, imposta pela preponderância de políticas salariais desvantajosas para os trabalhadores, teria atuado como importante alavanca nessa participação mais intensa e

forçada da população no mercado de trabalho.

**evolução do quadro demográfico-ocupacional**

**• população total e população de 10 anos e mais**

Os dados demográficos da PNAD revelam um ligeiro declínio na taxa de crescimento da população total (2,4% a.a) em relação à década passada (2,5%) e um arrefecimento no diferencial de crescimento urbano/rural (2,9% urbano e 1,1% rural no período 1981-88, em lugar de 4,4% e -0,6%, respectivamente, em 1970-80), sugerindo uma desaceleração do ritmo de urbanização ao longo dos anos 80 (Tabela 1).

Acompanhando essa redução das taxas de crescimento da população, a própria PNAD mostra na década uma diminuição correspondente à população de 10 anos e mais (2,9% para 2,8% a.a), porém atestando a continuação do processo de envelhecimento populacional, desta vez com pressões mais equilibradas entre as áreas urbanas e rurais (3,2% e 1,6% entre 1981 e 1988)

em relação à década anterior (4,8% e -0,3%, respectivamente).

Assim, a evolução do quadro demográfico nos anos 80, segundo a PNAD, foi favorável, pois junto com uma menor pressão vegetativa de novos contingentes de entrantes no mercado de trabalho, teria havido sinais de um aumento na capacidade de retenção populacional nas áreas rurais.

Esse panorama, contudo admite dúvidas e contestações a partir da própria PNAD e das projeções populacionais da CES/IPLAN, estas amplamente aceitas pelos demógrafos. Com efeito, a simples consulta às PNADs dos anos intermediários permite constatar surpreendentemente que nos anos 1984 e 1985 registraram-se crescimentos anuais (2,5% e 3,4%) que superaram em muito os observados em anos anteriores e posteriores, acabando, por superdimensionar o crescimento populacional na década. Esse exagerado aumento nas estimativas da população é evidenciado pelas projeções CES/IPLAN que estimam que a população total teria crescido apenas em 2,1% entre 1981 e 1988. O significativo diferencial de crescimento entre essas fontes (2,4% versus 2,1%), com reflexos também no crescimento do contingente de 10 anos e mais (2,8% versus 2,5%) é importante pois, por força da metodologia de estimação

**Tabela 1**  
**Taxas Médias Anuais de Crescimento da População por Situação de Domicílio**  
**Brasil**  
**1981-1988**

|                     | PNAD      |           |           | Estimativas CES/IPLAN |           |
|---------------------|-----------|-----------|-----------|-----------------------|-----------|
|                     | 1981-1988 | 1970-1980 | 1981-1988 | 1970-1980             | 1981-1988 |
| Pop. Total          | 2,4       | 2,5       | 2,1       |                       |           |
| - urbana            | 2,9       | 4,4       | 3,2       |                       |           |
| - rural             | 1,1       | -0,6      | -0,3      |                       |           |
| Pop. 10 anos e mais | 2,8       | 2,9       | 2,5       |                       |           |
| - urbana            | 3,2       | 4,8       | 3,5       |                       |           |
| - rural             | 1,6       | -0,3      | 0,0       |                       |           |

**FONTE:** IBGE-Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios; CES/IPLAN-Projeções.

da PNAD, onde a população estimada provém de uma projeção anual independente por classes de idade e tipos de áreas, redundará inevitavelmente no superdimensionamento de todos os domínios ocupacionais na década (PEA, Ocupados, Desempregados, Empregados com carteira de trabalho, etc.).

As projeções CES/IPLAN também levantam dúvidas em relação à exatidão dos dados sobre a evolução urbana/rural apresentada pela PNAD, pois, apesar de corroborarem uma menor intensidade na urbanização na década, acusam um crescimento urbano da população total de 10 anos e mais bem superior à PNAD. Em relação às rurais, acontece o contrário, onde essas projeções mostram inclusive crescimento negativo para essa população (-0,3% a.a) e estabilidade na sua parcela de 10 anos e mais. Essas discrepâncias, podendo de alguma forma serem atribuídas à desatualização na estrutura dos extratos e nas probabilidades das unidades primárias selecionadas na amostra com base nos resultados do Censo Demográfico de 1980, podem distorcer as estimativas da ocupação agrícola/não agrícola e as dos correspondentes domínios menores da PNAD.

Os comentários anteriores levam a sugerir a aceleração e ampla discussão dos estudos relativos à revisão metodológica do processo de seleção e estimação da PNAD,

já iniciado pelo IBGE, visando a obtenção de séries demográfico-ocupacionais comparáveis ao longo do tempo, ou a uma periódica revisão das séries retrospectivas para conseguir estimativas mais confiáveis que não comprometam o uso dessa insubstituível fonte de dados.

• **população economicamente ativa e população ocupada**

No entanto, o resultado mais surpreendente da PNAD relaciona-se com elevado crescimento médio anual da População Economicamente Ativa na década (3,6% a.a entre 1981 e 1988), superando em muito a taxa vegetativa de reprodução anual da população em idade de trabalhar (2,8% a.a). A surpresa decorre da quebra do equilíbrio dessas taxas observado na década atrasada e de que esse aumento contínuo na taxa de participação global (0,534 em 1981 para 0,568 em 1988) aconteceu em condições de desempenho econômico mais desfavoráveis que as dos anos 70. Cumpre registrar que esse forte crescimento da PEA foi generalizado em todos os domínios geográficos e demográficos, adquirindo expressivos patamares nas áreas urbanas (4,3% a.a contra 3,2% da população de 10 anos e mais) e dentro delas, na participação feminina (5,8% a.a). Segundo a PNAD, essa

**Tabela 2**  
**Taxas Médias Anuais de Crescimento da PEA e dos Ocupados por Situação de Domicílio e Sexo**  
**Brasil**  
**1981-1988** (%)

|                 | 1981-1983 | 1984-1988 | 1981-1988 |
|-----------------|-----------|-----------|-----------|
| PEA             | 3,5       | 3,7       | 3,6       |
| - rural         | 3,2       | 1,4       | 1,9       |
| - urbana        | 3,7       | 4,6       | 4,3       |
| - homens        | 2,7       | 3,7       | 3,4       |
| - mulheres      | 5,6       | 5,9       | 5,8       |
| OCUPADOS        | 3,2       | 3,9       | 3,7       |
| - agrícolas     | -0,7      | 2,1       | 1,0       |
| - não agrícolas | 4,8       | 4,7       | 4,7       |

FONTE: IBGE-Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Anos: 1981, 1983, 1984 e 1988.

**Tabela 3**  
**Taxas Seleccionadas de Participação Global e de Desemprego Aberto**  
**Brasil e Seis Maiores Regiões Metropolitanas**  
**1981-1988**

| Taxas de Participação | Brasil (1) |       |       | 6 Maiores RMs |       |       |         |       |       |
|-----------------------|------------|-------|-------|---------------|-------|-------|---------|-------|-------|
|                       | 1981       | 1983  | 1988  | PNAD (1)      |       |       | PME (2) |       |       |
|                       |            |       |       | 1981          | 1983  | 1987  | 1983    | 1984  | 1988  |
| Total                 | 0,534      | 0,548 | 0,568 | -             | -     | -     | -       | -     | -     |
| - Homens              | 0,746      | 0,748 | 0,759 | -             | -     | -     | -       | -     | -     |
| - Mulheres            | 0,329      | 0,356 | 0,387 | -             | -     | -     | -       | -     | -     |
| Urbana                | 0,520      | 0,529 | 0,560 | 0,535         | 0,544 | 0,569 | 0,605   | 0,613 | 0,615 |
| - Homens              | 0,714      | 0,716 | 0,734 | 0,718         | 0,721 | 0,738 | -       | -     | -     |
| - Mulheres            | 0,338      | 0,356 | 0,398 | 0,363         | 0,380 | 0,414 | -       | -     | -     |
| Taxas de Desemprego   |            |       |       |               |       |       |         |       |       |
| Aberto                |            |       |       |               |       |       |         |       |       |
| Total                 | 4,2        | 4,7   | 3,8   | -             | -     | -     | -       | -     | -     |
| - Homens              | 4,0        | 4,7   | 3,5   | -             | -     | -     | -       | -     | -     |
| - Mulheres            | 4,7        | 4,8   | 4,2   | -             | -     | -     | -       | -     | -     |
| Urbano                | -          | -     | -     | 6,0           | 7,6   | 5,2   | 6,7     | 7,1   | 3,8   |

FONTE: PNADs e PMEs de diversos anos.

NOTAS: (1) Taxas referidas à PEA e população de 10 anos e mais.

(2) Taxas anuais médias referidas à PEA e população de 15 anos e mais.

aceleração de incorporação ao mercado de trabalho tornou-se mais notória na segunda metade da década, quando a economia passou a ter um desempenho mais favorável (Tabelas 2 e 3).

A transcendência desse comportamento, na nossa opinião, mais associado à necessidade de complementação de rendimentos que às facilidades ocupacionais oferecidas pelo mercado, obrigam confronto com outras fontes de dados. Os dados da PME, relativos à PEA de 15 anos e mais, no conjunto das seis regiões metropolitanas mais importantes, com idêntico arcabouço conceitual e operativo, não confirmam esse aumento das taxas de participação do longo de década, muito embora registrem um forte incremento entre os meses de setembro de 1983 e setembro de 1988 (taxas de participação de .602 e .625, respectivamente). Com efeito, a partir de 1984 a taxa média de

participação global no ano teria se mantido estável, com valores oscilantes entre .610 e .615, enquanto a PNAD, para esse mesmo conjunto de regiões metropolitanas, acusou uma perfeita estabilidade no período 1982-1984 (0.544) e, a partir daí, uma tendência crescente, até atingir um patamar de 0.569, em 1987. Essa divergência de resultados, longe de ser trivial, pois leva a diagnósticos e projeções ocupacionais completamente diferentes, traz à tona a discussão sobre a validade ou não de se terem resultados anuais a partir de uma indagação relativa a uma única semana de referência.

Além de nos parecer pouco representativa no caso da ocupação agrícola, também se mostra inadequada no contexto urbano, dadas as enormes oscilações que a taxa de participação global apresenta ao longo do ano, chegando, em alguns momentos, a uma diferença próxima dos três pontos

percentuais entre meses de um mesmo ano, como o comprova a leitura dos dados históricos da PME. Não menos importante é a discussão dos conceitos de trabalho que vêm sendo utilizados nas pesquisas domiciliares, pois há suspeitas de que os patamares dessas taxas de participação acabam subestimados pelas instruções, perguntas e categorização de respostas, especialmente no caso das pessoas que exercem mais de uma atividade. Dessa forma não haveria uma clara correspondência entre o que se quer medir e o realmente medido, existindo uma ampla margem para o melhor treinamento dos entrevistadores passar a ser também responsável pelo aumento dessas participações ao longo de década. Por sua vez, a evolução da população ocupada, segundo a PNAD, mostrou-se ainda mais favorável, exibindo um crescimento médio anual, entre 1981 e 1988, de 3,7% a.a, superando ligeiramente o já expressivo aumento da PEA no mesmo período (3,6% a.a). Esse resultado revela uma queda na taxa de desemprego aberto de 4,3% nos primeiros anos da década para 3,6% nos mais recentes, sublinhando que em 1986 essa taxa chegou a apenas 2,6%. Muito embora a PME e a PNAD apresentem tendências parecidas para esse indicador nas 6 regiões metropolitanas, a primeira revela uma diminuição muito mais pronunciada, que acaba definindo no fim da década patamares relativos de desocupação bem menores que os registrados pela PNAD (3,7-3,8% na PME contra 5,2% e 5,4% da PNAD, em 1987 e 1988, respectivamente).

Ainda que não fique claro se a ocupação agrícola cresceu ou diminuiu ao longo da década, em decorrência da provável perda de representatividade da amostra da PNAD, antes comentada, é incontestável que a sua variação relativa situou-se próxima a 0%. Configura-se, assim, um quadro de evolução da ocupação não agrícola, onde a criação de oportunidades de trabalho (PNAD Brasil: 4,7% a.a e PNAD 6 RMs: 4,4% a.a, no período 1981-88 e PME 6 RMs:

4,8% a.a em 1983-88) superou largamente os correspondentes patamares de demanda vegetativa urbana, por parte dos novos entrantes na força de trabalho.

Essa visão otimista do quadro ocupacional, obtida a partir das pesquisas domiciliares, entretanto, não guarda correspondência com a evolução do emprego mostrada pelos levantamentos de estabelecimentos, como haverá de se examinar mais adiante. Antes, porém, de que essa diferença seja atribuída ao comportamento dos segmentos ocupacionais informais, é preciso analisar como a PNAD e a PME viram a evolução da ocupação estruturada ao longo da década.

#### • empregados com carteira de trabalho e emprego no setor organizado da economia

Segundo a PNAD, um total próximo a 5,8 milhões de empregados com carteira de trabalho teria ingressado no mercado de trabalho entre 1981 e 1988, perfazendo uma taxa de crescimento de 4,3% a.a, patamar superior ao exibido pelo conjunto das 6 RMs, que chegou a 3,7% a.a nesse período. Ainda que esses crescimentos tenham sido inferiores ao dos ocupados não agrícolas e induzam a pensar no contexto nacional e dos maiores centros urbanos houve um desenvolvimento mais acelerado das atividades informais na década, deve-se sublinhar que eles foram bastante expressivos e superiores aos destas no período 1984-1988, especialmente no que se refere às mulheres. Os dados da PME confirmam essa maior expansão dos empregos com carteira de trabalho, no período de 1984-1988, também em níveis significativos, embora mais reduzidos que na PNAD (5,2% e 5,8%, respectivamente). Dessa forma, as pesquisas domiciliares não sustentam a hipótese de que esse forte crescimento ocupacional não agrícola tenha acontecido pela explosão das atividades informais nas áreas urbanas. É

justamente na evolução das ocupações do setor organizado na década onde surgem as maiores incoerências dos dados. Por mais que se invoquem diferenças de natureza conceitual, metodológica, período de referência e um inumerável conjunto de outras razões, não há como justificar a existência

ciente de empregos, ficando muito aquém da taxa vegetativa de demanda ocupacional. Essa dúbia interpretação sobre a evolução da ocupação organizada cria uma polêmica maior quando analisada segundo os principais setores econômicos (Tabela 4).

Tabela 4

**Taxas Médias de Crescimento Anual dos Empregados com Carteira de Trabalho e do Emprego Organizado**  
**Brasil e 6 Maiores Regiões Metropolitanas**  
**1981-1988**

| Fonte       | Brasil  |         |         | 6 Maiores RMs |         |         |
|-------------|---------|---------|---------|---------------|---------|---------|
|             | 1981-83 | 1984-88 | 1981-88 | 1981-83       | 1984-88 | 1981-88 |
| PNAD        | -1,2    | 6,6     | 4,3     | -0,3          | 5,8     | 3,7     |
| PME         | -       | -       | -       | -             | 5,2     | -       |
| Painel RAIS | -2,0    | 3,1     | 1,1     | -             | -       | -       |

FONTES: PNADs, PMEs e Painel RAIS.

de resultados tão discordantes na evolução deste segmento quanto as estimativas das pesquisas domiciliares são cotejadas com os dados dos estabelecimentos, notadamente os provenientes do painel RAIS. Cumpre lembrar que nessa fonte medem-se as variações anuais do emprego num total de mais de 920 mil estabelecimentos que respondem a dois anos consecutivos, abrangendo totais próximos a 21 milhões de postos de trabalho (quase 90% do total de empregos levantados pela RAIS 88). Segundo esta fonte, o emprego no setor organizado da economia teria crescido em apenas 1,1% a.a entre 1981 e 1988 e 3,1% a.a no período 1984-1988, o que, em termos absolutos representa a criação de 2,5 a 3,3 milhões de novos empregos, respectivamente. Essas estimativas, além de manterem uma maior correspondência com o quadro de evolução econômica em cada ano da década (o crescimento do PIB real não agrícola estima-se em 2,4% a.a no período 1981-88 e 5,2% a.a entre 1983 e 1988), provam que o setor organizado da economia teria gerado na década um número insufi-

#### evolução ocupacional por setores econômicos

De acordo com os dados das Contas Nacionais, a forte retratação do PIB no período 1981-83 (-2,4% a.a), principalmente devido ao péssimo desempenho da Indústria de Transformação (-5,6% a.a), da Construção Civil (-7,3% a.a) e do Comércio (-3,3% a.a), foram determinantes no fraco crescimento da economia brasileira na década (PIB: 2,1% em 1981-88). Já o quinquênio 1984-88 apresentou crescimentos médios anuais muito equilibrados entre os setores secundário (5% a.a) e terciário (4,9% a.a) (Tabela 5).

Os dados ocupacionais do painel RAIS que registram para o período de 1981 a 1988 uma expansão do emprego de apenas 1,1% a.a, espelhavam nitidamente a diminuição das atividades produtivas ocorridas nos três primeiros anos da década, registrando um contração do emprego de -2,0% a.a, com quedas mais acentuadas justamente nos três setores acima mencionados, da ordem de 5,8%, 14,7% e 3,8%



**Tabela 5**  
**Taxas Médias Anuais do Crescimento do PIB, da Ocupação e do Emprego para Alguns Setores de Atividade Econômica Não Agrícola**  
**Brasil**  
**1981-1988** (%)

|              | 1981-83 |              |       |       | 1984-88    |              |       |     | 1981-88    |              |       |      |
|--------------|---------|--------------|-------|-------|------------|--------------|-------|-----|------------|--------------|-------|------|
|              | PIB     | Ocup. ñ. ag. | E c/c | E     | PIB ñ. ag. | Ocup. ñ. ag. | E c/c | E   | PIB ñ. ag. | Ocup. ñ. ag. | E c/c | E    |
| Total        | -2,4    | 4,8          | -1,2  | -2,0  | 4,9        | 4,7          | 6,8   | 3,1 | 2,1        | 4,7          | 4,3   | 1,1  |
| Ind. Transf. | -5,9    | -0,3         | -2,1  | -5,8  | 4,5        | 8,1          | 6,0   | 4,1 | 0,8        | 5,8          | 3,8   | 0,9  |
| C. Civil     | -7,3    | 12,3         | -9,5  | -14,7 | 4,9        | -4,2         | 3,5   | 0,9 | 0,1        | 0,2          | -0,4  | -5,2 |
| Comércio     | -3,3    | 5,3          | 1,7   | -3,8  | 3,7        | 5,0          | 6,9   | 0,6 | 1,0        | 5,1          | 5,4   | -1,0 |

**FONTES:** Fundação IBGE-Contas Nacionais. PNADs e Painel RAIS.

a.a, respectivamente. No quinquênio seguinte, essa fonte mostrou uma expansão global do emprego da ordem de 3,1% a.a, com um significativo crescimento da ocupações industriais (4,1% a.a) e, no caso do terciário, com destaque para a Administração Pública (5,9% a.a). No caso da Construção Civil e do Comércio, entretanto, os crescimentos do emprego nesse período (0,9% e 0,6% a.a) não se mostram condizentes com o crescimento do produto (4,9 e 3,7% a.a), o que pode ser atribuído à maior dificuldade metodológica dos painéis nas medições desses setores e uma maior informalização dessas atividades depois da crise econômica do primeiro triênio.

Bem diferente é a evolução setorial da ocupação segundo os dados da PNAD. Além de mostrarem uma expansão da ocupação nos setores secundário e terciário entre 1981 e 1983, onde as frentes de trabalho no Nordeste ajudaram a um aumento exagerado da Construção Civil em 1983, exibiam mais tarde crescimentos ocupacionais em ambos os setores e segmentos populacionais (com carteira de trabalho e outros ocupados) da ordem de 5% a.a ou mais, ultrapassando sempre o próprio crescimento do produto setorial. Essa evolução induz a pensar que houve uma generalizada queda setorial da produtividade da mão-de-

obra não agrícola ao longo da década, sem que ela possa, segundo essa mesma fonte, ser atribuída ao aumento das atividades informais. Uma hipótese alternativa subjacente nesses dados é o possível subdimensionamento das atividades informais nas Contas Nacionais.

Comentário especial merece a Administração Pública, pois tanto nas pesquisas domiciliares quanto na RAIS e Painel RAIS aparece sendo o setor que teve a maior expansão ocupacional na década. Segundo os dados do Painel RAIS, esse setor (ali incluídos a administração direta e autárquica federal, estadual e municipal) teria crescido em 1.806,5 mil empregos entre 1981 e 1988 (5,6% a.a) o que representa 88% do total de novos empregos gerados nesses 8 anos. Além de sugerirem uma baixíssima e preocupante contribuição da iniciativa privada à geração de ocupações mais nobres, esse resultado leva embutida uma importante transformação qualitativa na composição da mão-de-obra que participou nas atividades organizadas da economia ao longo da década, até porque, no outro extremo, a Construção Civil e o Comércio, os setores de mais baixa remuneração média sofreram perdas de emprego, segundo o Painel RAIS, de 548 mil (-5,2% a.a) e 251 mil (-1,0% a.a) empregos no mesmo período.

**A evolução qualitativa do mercado de trabalho estruturado**

Através de um exercício simples de aplicação das estruturas de relativos demo-

sempenho do setor secundário nesses três primeiros anos (Tabela 6).

Ainda no domínio do demográfico, as estimativas do Painel RAIS acusam uma perda de empregos para os menores de 18

**Tabela 6**

**Taxas Médias Anuais do Crescimento do Emprego, Segundo Sexo, Idade e Educação Brasil 1980-1988**

|                       | 1980-1983 | 1984-1988 | 1980-1988 |
|-----------------------|-----------|-----------|-----------|
| Total                 | -1,0      | 3,1       | 1,3       |
| - Homens              | -2,1      | 2,5       | 0,4       |
| - Mulheres            | 1,8       | 4,4       | 3,2       |
| - Até 18 anos         | -11,3     | 6,3       | -1,9      |
| - 18-49 anos          | -0,4      | 2,7       | 1,3       |
| - 50 anos e mais      | -0,9      | 6,3       | 3,0       |
| - Até 4ª série compl. | -5,7      | 0,4       | -2,4      |
| - Até 2ª grau compl.  | 2,9       | 5,5       | 4,3       |
| - Superior            | 4,5       | 2,5       | 3,4       |

**FONTE:** Painel RAIS-MTPS.

gráficos, educacionais e ocupacionais da RAIS de cada ano nos totais de emprego estimados pelo Painel RAIS, é possível a obtenção de séries relativas à evolução qualitativa do mercado de trabalho organizado.

No âmbito demográfico, a forte incorporação das mulheres ao mercado de trabalho foi, sem dúvida, a transformação mais importante ocorrida na década passada. Embora deficitária, se comparada com o crescimento da oferta de mão-de-obra urbana (3,5% a.a segundo as projeções da CES/IPLAN), a geração de emprego feminino (3,2% a.a) foi surpreendente, primeiro porque significou que 4 de cada 5 empregos no período foram preenchidos por mulheres e, segundo porque essas oportunidades ocupacionais para o sexo feminino apresentaram um crescimento linear, inclusive no crítico triênio 1981-83. Em contrapartida, a oferta de emprego masculino apresentou-se deficitária, principalmente pelo péssimo de-

anos (-1,9% a.a), sendo inclusive mais significativa entre as mulheres. No outro extremo da distribuição, os empregados com 50 anos e mais forma os que mais cresceram (3,0% a.a), com forte expansão das ocupações femininas. Não cabe dúvida de que esses comportamentos demográficos tão diferenciados estão estreitamente relacionados ao desequilibrado crescimento setorial da economia e, particularmente, à expansão do emprego público.

Por sua vez, o exame dos dados relativos à evolução da estrutura educacional ao longo da década revela uma clara preferência empresarial na contratação de trabalhadores com níveis educativos cada vez mais elevados, atitude lógica de quem procura ganhos de produtividade num quadro de economia deprimida com mão-de-obra excedente. De acordo com a mesma fonte, haveria uma perda superior aos 2 milhões de empregos de nível educativo baixo (até a

4ª série completa) no período 1980-1988 (-2,4% a.a.), em contraste com um forte aumento do nível médio (até 2ª grau completo) em mais de 3,8 milhões (4,3% a.a.) e no nível superior em mais 770 mil (3,4% a.a.). Poder-se-ia pensar que essa seletividade na contratação/substituição de mão-de-obra no segmento organizado não é outra coisa senão o reflexo dos próprios esforços de melhora geral do nível educativo da população. Os dados da PNAD relativos à população urbana confirmam parcialmente esse argumento ao mostrar que na população de 10 anos e mais as pessoas com até 4 anos de ensino aprovado foram as que tiveram o menor crescimento (2% a.a.) e que as com 12 e mais anos de educação, as que mais se expandiram (7,5% a.a.). Isto, no entanto, dista muito oferecer uma boa explicação para o forte decréscimo formal dos agrupados de mais baixa educação.

Também a estrutura ocupacional teve uma transformação ao longo da década da geração mais pronunciada de ocupações diretivas, administrativas e das profissões liberais, muito atreladas à função pública, em prejuízo das produtivas, notadamente das próprias da Construção Civil, do Comércio e da Indústria.

Em síntese, o insuficiente crescimento econômico e do emprego formal na década, na visão do Painel RAIS, junto com a composição desses crescimentos, acabou penalizando a mão-de-obra menos qualificada que perdeu espaço ocupacional no segmento mais estruturado da economia. Tal como se verá a seguir também em relação às remunerações esses trabalhos teriam sido os mais prejudicados.

### **evolução das remunerações**

#### **• uma visão global**

O Sistema de Informações oferece menos possibilidades analíticas no que se

refere à evolução das remunerações. A disponibilidade dos dados nas pesquisas domiciliares limita-se principalmente a distribuição de remunerações difíceis de serem comparadas ao longo do tempo, por estarem referidas a salários mínimos que obedecem a períodos de reajuste e critérios políticos vigentes muito diferentes, além de serem divulgados com menor desagregação que os ocupacionais. Dessa forma, as possibilidades de se ter uma visão global sobre os ganhos/perdas dos salários e outros proventos, limitam-se à evolução dos valores médios a preços correntes para as pessoas de 10 anos e mais desde 1981 e para a PEA desde 1983, sem desagregação para domínios ocupacionais e setoriais menores. A leitura desses dados revela uma generalizada perda real do poder de compra das remunerações entre 1981 e 1984 como produto da prática de políticas salariais restritivas (reajustes em cascata) na tentativa de debelar o crescente processo inflacionário.

As perdas reais nesse quadriênio variam entre 15% e 25% dependendo do deflator de preços utilizado (INPC ou IGP-DI, respectivamente), com ligeira vantagem para as mulheres e área rural, sem que isso encurte o forte diferencial de remuneração média em relação aos homens e áreas urbanas (0.516 e 0.468, em 1984). A mesma PNAD apresenta uma forte remuneração entre 1984 e 1988, variando entre 29,7% e 16,4%, segundo os dois deflatores, com ganhos ligeiramente maiores para o sexo feminino, que diminui o diferencial com relação aos homens a 0.526 em 1988, e ampliação do hiato entre o rural/urbano, chegando a .410 nesse ano. Assim, a evolução das remunerações na década acaba numa polêmica acerca do índice de preços mais adequado para deflacionar os valores nominais (ganho de 10% com o INPC e perda de 13% segundo o IGP-DI (Tabela 7).

Embora referidos estritamente às remunerações dos empregados do segmento organizado da economia, os dados do Painel RAIS para o mesmo período mostram

**Tabela 7**  
**Evolução Real das Remunerações Médias das Pessoas de 10 Anos e Mais e da PEA, Segundo Alternativos Deflatores**  
**Brasil**  
**1981-1988** (a preços de 1984)

|                           | 1981  |        | 1984  |        | 1987  |        | 1988  |        |
|---------------------------|-------|--------|-------|--------|-------|--------|-------|--------|
|                           | INPC  | IGP-DI | INPC  | IGP-DI | INPC  | IGP-DI | INPC  | IGP-DI |
| <b>10 Anos e mais (1)</b> |       |        |       |        |       |        |       |        |
| Total                     | 324,3 | 369,0  | 275,2 | 275,2  | 355,5 | 338,9  | 357,0 | 320,3  |
| - Homens                  | 388,3 | 441,8  | 332,2 | 332,2  | 434,1 | 413,9  | 436,1 | 391,2  |
| - Mulheres                | 199,5 | 227,0  | 171,5 | 171,5  | 224,7 | 214,2  | 229,2 | 205,6  |
| - Urbano                  | 373,3 | 424,6  | 312,8 | 312,8  | 407,6 | 388,7  | 409,0 | 366,9  |
| - Rural                   | 163,9 | 186,5  | 146,3 | 146,3  | 168,2 | 160,4  | 167,5 | 150,3  |
| <b>PEA</b>                |       |        |       |        |       |        |       |        |
| Total                     | -     | -      | 293,6 | 293,6  | 382,2 | 364,4  | 342,3 | 307,1  |
| - Homens                  | -     | -      | 343,4 | 343,4  | 451,3 | 430,3  | 408,0 | 366,0  |
| - Mulheres                | -     | -      | 186,9 | 186,9  | 246,2 | 234,7  | 220,7 | 198,0  |
| - Urbano                  | -     | -      | 336,6 | 336,6  | 441,1 | 420,6  | 415,4 | 372,6  |
| - Rural                   | -     | -      | 156,1 | 156,1  | 180,9 | 172,5  | 136,2 | 122,2  |

FONTE: PNADs de diversos anos.

NOTA: (1) Excluindo a população sem rendimento e sem declaração.

uma evolução praticamente idêntica à PNAD com crescimentos globais de cerca de 10,2% com o INPC e uma perda de 13,4% com o IGP-DI e, inclusive, com similares comportamentos nos dois subperíodos

da análise. Dessa forma mantém-se ao longo da década o diferencial de remunerações (1.85) entre um trabalhador do setor estruturado da economia e o resto dos trabalhadores, aí incluídos os agricultores (Tabela 8).

**Tabela 8**  
**Evolução Real das Remunerações Médias dos Empregados do Segmento Organizado da Economia, Segundo Alternativos Deflatores**  
**Brasil**  
**1981-1988** (a preços de 1984)

|               | 1981  |        | 1984  |        | 1987   |        | 1988   |        |
|---------------|-------|--------|-------|--------|--------|--------|--------|--------|
|               | INPC  | IGP-DI | INPC  | IGP-DI | INPC   | IGP-DI | INPC   | IGP-DI |
| Total         | 434,2 | 494,0  | 373,2 | 373,2  | 443,8  | 423,1  | 478,6  | 428,0  |
| Ext. Mineral  | 506,8 | 576,6  | 480,4 | 480,4  | 631,7  | 650,0  | 700,8  | 626,7  |
| Ind. Transf.  | 452,4 | 514,7  | 413,5 | 413,5  | 450,3  | 429,4  | 507,1  | 453,5  |
| Util. Pública | 827,0 | 940,9  | 712,5 | 712,5  | 1024,5 | 976,8  | 1097,6 | 981,6  |
| C. Civil      | 354,8 | 403,7  | 305,8 | 305,8  | 327,1  | 311,9  | 342,7  | 306,5  |
| Comércio      | 310,1 | 352,8  | 267,6 | 267,6  | 291,6  | 278,1  | 295,5  | 264,2  |
| Serviços      | 513,1 | 583,8  | 426,1 | 426,1  | 500,6  | 477,3  | 554,2  | 495,6  |
| Adm. Pública  | 415,8 | 473,1  | 336,0 | 336,0  | 474,7  | 452,6  | 487,6  | 436,0  |

FONTE: Painel RAIS-MTPS.

O Painel RAIS, entretanto, exhibe comportamentos muito diferenciados entre as remunerações dos grandes setores econômicos na década, com grandes ganhos reais no caso da Extrativa Mineral e das Indústrias de Utilidade Pública (8,7% e 4,3%, respectivamente, apesar de usar o IGP-DI), convivendo com fortes perdas na Construção Civil e no Comércio (na melhor das hipóteses, -3,4% e -4,7%, usando-se o INPC). Cumpre lembrar que os dois primeiros setores sustentam os patamares mais altos de remuneração e os dois últimos, os mais baixos.

Em resumo, além de desfavorável do ponto de vista ocupacional, pela redução das oportunidades de trabalho e seletividade no processo contratação/substituição, o mercado de trabalho foi desfavorável nas remunerações para os setores que empregam mão-de-obra menos qualificada, levando à convicção de que houve uma clara piora na distribuição dos rendimentos do trabalho na década.

**algumas observações adicionais sobre a evolução das remunerações**

Entretanto, parece-nos que essa posição de ganhos/perdas do poder aquisitivo das remunerações ao longo da década esconde uma evolução que poderia ter sido mais desfavorável, caso não tivessem ocorrido as transformações qualitativas da mão-de-obra, a que nos referimos. Os expressivos ganhos educacionais ocorridos em todos os setores econômicos, exceto na Construção Civil, devem ter contribuído para o aumento do salário real, via incremento da produtividade. O forte predomínio de entrantes do sexo feminino, em contrapartida, deve ter tido um efeito contrário pelo grande diferencial de salários médios existentes em relação ao sexo masculino. No esforço de entender melhor essa dinâmica de retribuição ao fator trabalho, dois exercícios simples de simulação foram tentados para isolar

o efeito dessas variáveis qualitativas. Utilizando os dados da RAIS, relativos a 1979 e 1988, verificou-se qual teria sido a evolução da remuneração média em 1988 se se tivessem mantido inalteradas, a não ser pelo crescimento vegetativo, dentro de cada setor de atividade, a estrutura por sexo e de escolaridade vigente em 1979. Na simulação por grau de instrução, introduziu-se um elemento adicional, qual seja, o de supor que o mercado de trabalho tivesse selecionado a mão-de-obra respeitando o perfil educacional da população de 10 anos e mais na década.

Os resultados dessas simulação sugerem as seguintes conclusões:

1. A manutenção em 1988 da mesma composição por sexo que vigorou em 1979 dentro de cada setor econômico teria levado à obtenção de rendimentos médios setoriais e globais apenas ligeiramente superiores aos observados na RAIS 88, apesar da forte incorporação da mulher ao mercado de trabalho e do grande diferencial de remuneração média destas com relação aos homens. A queda das remunerações não foi tão significativa, pois foi compensada pelo encurtamento das diferenças salariais médias entre ambos os sexos ao longo da década (o crescimento da média salarial feminina superou em quase 12% o correspondente ao dos homens nesse período);
2. A simulação educacional, mantendo em 1988 a estrutura de níveis de instrução (baixo, médio e superior) vigente em 1979, por sua vez, teria produzido rendimentos globais médios menores aos observados na RAIS 88 (-7,3%). A melhora no nível educativo da mão-de-obra encobriu a prática de política salariais lesivas à classe trabalhadora no decorrer da década. Em outras palavras, se essa melhora qualitativa não tivesse ocorrido, o salário médio do trabalhador manter-se-ia menor que o observado nas estatísticas de remuneração de 1988. Dessa

forma, os supostos ganhos reais de remuneração preconizados pelo uso do INPC foram menores, ou as perdas do IGP-DI maiores, se se comparasse a mesma qualidade de mão-de-obra na década;

3. Entretanto, a simulação educacional com a população de 10 anos e mais teria levado a um ligeiro ganho na remuneração média global em relação ao observado na RAIS 88. Esse resultado leva a supor certa incapacidade do segmento organizado para absorver pessoas com educação superior no mesmo ritmo de saída dessas pessoas do sistema educacional.

#### **Um resumo acerca da situação do sistema de informações sobre o mercado de trabalho**

Muito embora o exercício de interpretação sobre a evolução do mercado de trabalho tenha se limitado somente a alguns dos mais relevantes aspectos ocupacionais e salariais nos níveis geográfico-setoriais mais agregados, valendo-se das pesquisas domiciliares e do registro anual RAIS e sua extensão, o Painel RAIS, fica difícil esconder a impossibilidade de se chegar a uma única e compreensiva interpretação do sucedido na década. A rigor, os próprios comentários dessa leitura conjunta dos dados deixam tantas dúvidas quanto certezas, notadamente no relativo aos quantitativos ocupacionais. Se, por uma parte, as pesquisas domiciliares, por razão metodológicas, conceituais e operacionais, podem ter superdimensionado a geração de novas ocupações, por outra, os registros, especialmente o Painel RAIS, pode ter mostrado o efeito contrário, até pelo viés que supõe, nesse tipo de metodologia, a propensão à atomização das unidades maiores ao longo do tempo. Tem-se a convicção de que a incorporação nessa análise dos dados dos Censos Demográfico ou dos econômicos, se

esses já estivessem disponíveis, aumentaria ainda mais esse quadro de incertezas, o mesmo acontecendo se análise descesse a domínios menores.

Além das inconsistências e incoerências existentes entre os agregados das distintas fontes, e inclusive dentro delas, ao longo da década, há outros problemas relacionados com a utilização dos dados por elas levantados. Um deles refere-se à oportunidades dos dados, assunto sobre o qual o Sistema não mostrou avanços no período sob análise. Excetuando as produções conjunturais, as outras de periodicidade maior, como os Censos, a PNAD ou a RAIS, não conseguiram encurtar os prazos de divulgação, apesar dos grandes ganhos tecnológicos de processamento já incorporados nessas produções e da ampliação e melhora das facilidades gráficas. Em estreita associação com essa dificuldade, o conteúdo divulgado continuou limitado quase que integralmente a publicações em papel, na base de propostas tabulares até mais amplas, porém seletivas sem levar em consideração o generalizado investimento e a ampla disponibilidade de equipamentos por parte dos principais usuários. Esse timidez na divulgação, muitas vezes justificada sob a alegação de restrições técnicas, deve ser revista a fim de se evitar que grandes potenciais de dados, produzidos a altíssimo custo, fiquem armazenados sem nunca poderem ser acessados pelos usuários. Consciente desse problema, o ex-Ministério do Trabalho (MTb) passou a fazer investimentos em "softwares" aplicativos que permitissem a construção de tabelas com cruzamentos, variáveis e desagregações definidas pelo próprio usuário interno ou externo, a partir de bases compactas da RAIS e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Lei 4923/65), este último relativo às admissões e desligamentos mensais dos trabalhadores. Embora essas inovações estejam ainda em etapa de experimentação, pode-se, desde já, garantir uma ampliação considerável no uso dos dados e de retornos

críticos vitais para o aperfeiçoamento do processo produtivo.

Essa grande timidez em relação às formas, conteúdos e oportunidade na divulgação dos dados, também tem limitado e frustrado a procura de outras construções e opções metodológicas para melhor aproveitamento dos dados disponíveis. Apenas como exemplo, é notória a ausência da dimensão social nos dados provenientes das fontes de base domiciliar, que permita avaliar a situação e evolução do mercado de trabalho e seus problemas segundo grupos ou extratos sociais. Afinal, a PNAD e a PME são pesquisas de caráter eminentemente social, e têm o privilégio exclusivo por essas medições. Por que limitar seu potencial à obtenção de indicadores individuais que servem muito mais para acompanhar o desempenho da economia que para conhecer a realidade social? Do lado dos levantamentos em estabelecimentos, especialmente no caso dos registros administrativos quase-censais de alta cobertura e periodicidade anual ou menor, chama a atenção o pouco avanço na construção de painéis individuais que, sob diferentes modalidades, pudessem acompanhar melhor os defeitos reais das políticas salariais, a rotatividade, ou simplesmente a própria ascensão ou promoção para diferentes tipos de trabalhadores, v.g., aqueles que receberam treinamento institucional ou na própria firma.

Muito menores têm sido os esforços de aproximação entre as produções para a adoção de critérios, códigos e categorias de respostas compatíveis que, como primeiro passo, levem a uma convergência de resultados entre as pesquisas e os censos de base domiciliar ou, pelo menos, à obtenção de um único e atualizado Cadastro de base para as pesquisas e levantamentos em estabelecimentos/empresas. Dessa forma, a idéia da complementação dos sistemas produtivos, onde se aproveitem as vantagens relativas de cada um, evitando-se duplicações e dúbias tentativas de resposta sempre pela via do aumento dos quesitos em cada

uma, continuou sendo apenas uma boa intenção. Cada sistema produtivo operou dentro do marco de seus compromissos e conveniências sem se sentir obrigado a dar respostas a questionamentos como os acima levantados em relação ao atualmente disponível ou praticado. A abertura, sem dúvida, foi maior no que diz respeito à ampliação de novos conteúdos a serem levantados para dar vazão às pressões usuárias.

Muito embora deva-se reconhecer que há espaço e necessidade de se reformular, por eliminações e incorporação de quesitos, alguns dos conteúdos hoje levantados, principalmente nas pesquisas de base domiciliar (no caso da PNAD, por exemplo, não entendemos a razão da insistência em destinar 13 dos 28 quesitos do formulário principal para se conhecer melhor o desemprego na população de 10 anos e mais, sendo que na publicação essa sub-população não tem uma única tabela), não se deve esquecer que há séries históricas a se manterem que recomendam a permanência dos quesitos básicos ao longo do tempo e que, nos complementos, também há compromissos já assumidos para se repetirem temas de interesse nacional já pesquisados anteriormente. Essas restrições à aceitação de novos conteúdos, a que se soma a questão crucial dos altos custos, acaba definindo produções extremamente rígidas, principalmente no caso dos registros administrativos, onde a aceitação de mudanças é praticamente nula. É preciso pensar em esquemas alternativos, na forma de pesquisas qualitativas de maior profundidade para indagar melhor sobre aspectos desconhecidos, partir para estudos de casos que complementem os levantamentos já existentes ou outras formas que respondendo às perguntas básicas, não onerem em demasia os custos já elevados do atual Sistema. Iniciativas do tipo "informantes-chaves", já implantadas fora e experimentadas aqui, constituem uma possibilidade que pode trazer aportes e maior capacidade de resposta para muitas

das pendências do atual Sistema de Informação sobre mercado de trabalho.

#### **Premissas para a melhora do sistema de informação sobre o mercado de trabalho**

No momento em que a PNAD e os registros administrativos da área do trabalho e previdência social (RAIS e Lei 4923/65) passam por uma avaliação interna, visando a sua reformulação, as preocupações e problemas levantados anteriormente adquirem especial relevância. Trata-se de uma oportunidade inigualável para revisar metodologias, conteúdos, seqüência de quesitos aplicáveis a distintos segmentos das populações-meta, categorias e códigos de respostas. Preocupa, entretanto, que esse processo de revisão fique restrito unicamente ao âmbito interno de cada responsável produtividade e acabe definindo mudanças parciais em função das conveniências deste, sem levar em conta uma concepção sistemática mais ampla onde há outras produções e, sobretudo, usuários que reclamam por respostas às suas necessidades. A sanção dessas instâncias externas, essa democratização dos processos produtivos, parecem-nos importantes até para garantir a própria sobrevivência dessas produções. O compromisso sobre o que, para que e para quem produzir exige instituir um processo de consulta regular entre os produtores, de modo a antecipar, reconhecer-se e avaliar-se a produção no seu conjunto, como passo inicial para a integração e complementaridade de esforços no Sistema como um todo.

Mais importante ainda é a necessidade da interiorização da componente de uso para o sistema produtivo. Trata-se não somente de institucionalizar um sistema de consulta que, a intervalos definidos, possa ser ativado em relação a proposta sobre novos conteúdos. É preciso, na nossa opinião, promover e provocar exercícios de uso dos dados levantados em lugar de se ficar à espera de que esse uso aconteça espontaneamente e se adapte às definições e limitações impostas pela produção. Iniciativas onde se compartilham responsabilidade analítica em torno a aspectos específicos do mercado de trabalho, facilitando o acesso a dados disponíveis nos arquivos, deveriam ser contempladas dentro dos próprios orçamentos produtivos, como parte da componente de estudo e avaliação dos dados. Essa promoção deveria incluir o financiamento de bolsas para teses de pós-graduação como forma de atrair especialistas que se somem a causa trabalhista.

Ao final, investimentos no uso, além de insignificantes em relação aos atuais custos produtivos, são os únicos capazes de sustentar e melhorar as atuais produções. As preocupações e propostas apresentadas, além de outras que possam vir a melhorar o atual Sistema de Informações sobre o mercado de trabalho, exigem uma tribuna de discussão e uma coordenação que assumam a condução e materialização das mudanças que o Sistema reclama. Nesse Conselho deveriam estar representadas todas as instituições com delegação produtiva a nível nacional e estatal, reunindo usuários da área acadêmica, de governo, empresas e sindicatos.



**RESUMO** – Uma Discussão sobre a Produção e Uso dos Dados sobre o Mercado de Trabalho. O esforço produtivo para manter e ampliar a acervo de dados estatísticos e registros administrativos sobre o Mercado de Trabalho no Brasil, apesar de experimentar grandes avanços na década de 80, não conseguiu, ainda, uma atuação coordenada que garanta a convergência entre as fontes e a qualidade dos dados como de um Sistema integrado. Através de um exercício de avaliação da evolução do Mercado de Trabalho nos anos 80, este trabalho faz um balanço das coincidências, discrepâncias e problemas entre várias fontes de dados, que reclamam revisões urgentes. Conclui que as tentativas nesse sentido exigirão um processo mais intenso e democrático de consultas entre produtores e aos usuários, condição "sine qua non" para a racionalização e aperfeiçoamento do Sistema.

**ABSTRACT** – A Discussion about the Production and Use of Data about the Labor Market. The productive efforts to maintain and increase the amount of statistical data and administrative registries about the Labor Market in Brazil, despite the great improvements achieved during the 80's, don't get yet a coordinate action in order to guarantee the approximation among the different sources and the quality of data as to form an integrated System. Throughout an exercise of evaluation of the Labor Market during the 80's decade, this study aims to point out the common points, the differences and the problems of the various data sources which claim for urgent revisions. It concludes that any attempt in this way will necessarily lead to a more intense and democratic process of consultation among the producers and to the users, as a "sine-qua-non" condition to guarantee the rationalization and the improvements to the System.

Recebido para publicação em 28/02/91.

Aprovado para publicação em 11/04/91.

**REVISTA BRASILEIRA  
DE CIÊNCIAS  
SOCIAIS**

número 16 ano 6  
julho de 1991  
publicação quadrimestral

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO  
E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS  
ISSN 0102-8909

**SUMÁRIO**

|  |  |   |   |   |  |   |                           |          |          |
|--|--|---|---|---|--|---|---------------------------|----------|----------|
|  | 5  | Negociação Política e Renovação Arquitetônica:<br>Le Corbusier no Brasil<br><i>José Carlos Durand</i> |   |   |  |   |                           |          |          |
| 27   | 43   | 51  | 61  | 66  | 80   | 89  | 92                        | 96       | 97       |
| O Tabela e a Lógica Teoria. Método Generalizante e<br>Idiogênese no Contexto Brasileiro<br><i>Fábio Wanderley Reis</i> | Os Antropólogos e seus Imagens<br><i>Marta G. S. Pezzano</i> | As Ciências Sociais nos Anos 90<br><i>Simon Schwartzman</i>   | "Não Sabem Dizer Chás Chás"<br><i>Luiz Felipe de Alencastro</i> | Pesquisa Rica em Países Pobres?<br><i>Gláucio Ary Dillon Soares</i> | Singularidade, Igualdade e Transcendência: um<br>Ensaio sobre o Significado Social do Crime<br><i>Sérgio Carrara</i> | Resenha<br>L'Expérience Concentrationnaire. Essai sur le<br>Maintien de l'Identité Sociale, de Michael Pollak<br><i>Mario Grynszpan</i> | Resumos/Abstracts/Résumés | Contents | Sommaire |